

Novas possibilidades em informação popular *

ANA MARIA CARDOSO DE ANDRADE**

Relato dos resultados de pesquisa sobre os Centros Populares de Documentação e Comunicação, enfocando conceitualização, objetivos, organização, práticas documentais e Informacionais e sua função social.

PALAVRAS-CHAVE:Centros Populares de Documentação e Comunicação
Informação Popular

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é focar as experiências que surgiram no campo da comunicação alternativa para as classe subalternas, as inúmeras e diversificadas tentativas que pontificaram o campo em um momento histórico particular: o período da ditadura militar, quando se tentou silenciar os organismos representativos e atuantes da sociedade civil, desde que não afinados com seus propósitos ditatoriais e os desdobramentos advindos destas experiências no âmbito das práticas de informação popular. O estudo abarcou as

* Título publicado originalmente em *ANUÁRIO DE INOVAÇÕES EM COMUNICAÇÕES E ARTES*, 1990. São Paulo: ECA/USP, 1990. p. 213-228.

** Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG

instituições que têm como objetivo reunir e organizar as produções documentais originárias dos setores populares (movimentos, grupos, associações), além de também produzir e/ou reunir e organizar informações sobre e para estes setores, visando a sua ampla comunicação, dentro de uma perspectiva de transformação das estruturas de dominação. Tais instituições recebem a denominação Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC) privilegiando os aspectos importantes que compõem sua singularidade:

- a) são *centros* por reunirem em um só local os acervos e as atividades que constituem sua razão de ser; em uma palavra, desenvolvem um trabalho centralizado;
- b) são *populares*¹ na medida em que estão voltados para os interesses das classes subalternas, expressando uma proposta política antagônica aos interesses das classes dominantes;
- c) são de *documentação*, ao pretenderem reunir uma produção intelectual (seja ela de forma qualquer) que garanta a possibilidade de se compor uma historiografia;
- d) são de *comunicação* por outro lado, por não se contentarem com a idéia de preservar mas lidarem fundamentalmente com o processo de colocar em comum as experiências e informações que tornem exeqüíveis seus objetivos.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa acerca dos Centros Populares de Documentação e Comunicação (CPDC) esbarrou em inúmeros obstáculos advindos principalmente da quase inexistência de dados disponíveis sobre estas instituições. A literatura que aborda o trabalho desenvolvido nos CPDCs faz parte dos seus próprios acervos não sendo normalmente encontrada em arquivos e bibliotecas, uma vez que o conhecimento que representa é alternativo ao saber oficial.

Paralelamente a isto, os centros não estão formalmente articulados entre si, suas ligações são informais e inexistente um

cadastro que arrole todas as instituições que lidam com a informação popular no país, bem como as atividades que desenvolvem.

O trabalho tentou captar o cotidiano destas instituições através de suas práticas documentais e comunicacionais, dos discursos de seus quadros e da literatura que cobre e dá embasamento a tais práticas. A coleta de dados feita através de questionários privilegiou os aspectos organizativos e funcionais, enquanto as questões estruturais e ideológicas foram estudadas pelo contato pessoal, pelas entrevistas e observações e pela leitura crítica de textos produzidos nos CPDCs.

Com os questionários foram contactadas 282 instituições, com retorno da ordem de 24%, ou seja 67 respostas. As entrevistas e observações foram realizadas em 18 centros localizados nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, definidos por sua representatividade para a área.

A pesquisa desenvolvida durante o período de 1986 a 1989, procurou cobrir o percurso dos Centros Populares de Documentação e Comunicação à partir de 1973, época do aparecimento das primeiras experiências, até o ano de 1988, determinado pela necessidade de encerrar a fase de coleta dos dados para efetivar sua análise.

3 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 O que são e como surgiram os CPDCs?

O trabalho com a informação e a documentação populares aparece inicialmente como uma possibilidade de militância política em especial para jovens, egressos do movimento estudantil cerceado em fins dos anos 60 e que traziam uma herança de atividades de educação popular. Muitos estudantes haviam trabalhado com o Movimento de Educação de Base (MEB) ou tinham conhecimento do método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire, e que neste período encontrava enorme repercussão social.

Sendo impossível tentar prosseguir com experiências de educação e alfabetização de adultos, estes grupos aproximaram-se das instituições religiosas, mormente a Igreja Católica, procurando uma continuidade de militância política, e que veio desaguar em um trabalho de documentação das lutas populares no primeiro momento e, como decorrência, na produção de informações que pudessem auxiliar os incipientes movimentos sociais.

Os respondentes à pesquisa destacaram como objetivos dos CPDCs:

- a) subsidiar os movimentos populares e formar agentes de militância;
- b) compilar a história das lutas populares;
- c) acompanhar os acontecimentos da conjuntura sócio-política-econômica como alternativa aos meios de comunicação de massas.

Os CPDCs pretendem portanto trabalhar como uma opção informativa que fuja aos meios controlados pelas classes dominantes:

*"Em decorrência de os meios massivos comerciais agirem dentro de uma lógica de mercado e de não haver quase meios governamentais atuando junto às populações carentes da América Latina, vem ocorrendo um grande incremento dos movimentos de comunicação alternativa constituído por um lado pela resistência aos grandes meios e, por outro, pela busca de canais que realizem as funções de favorecer a auto-expressão, o inter-relacionamento e a canalização de reivindicações para solução dos graves problemas da miséria e da marginalidade"*²

A prática que orienta a comunicação e a documentação populares é um processo que parte de uma necessidade conjuntural de não permitir a perda da memória das lutas populares (no caso brasileiro, a partir especialmente dos anos de repressão e censura do governo militar pós-64). As tarefas primordiais se concentram em reunir e guardar qualquer

documento significativo para os movimentos sociais, desenvolvendo-se assim a documentação embasada em todo um questionamento acerca das técnicas de preservação e controle.

Em decorrência do envolvimento das lideranças do setor no desenrolar dos movimentos populares, pouco a pouco delineiam-se também as tarefas voltadas para comunicação (informação para o uso), em que se retomam os testemunhos da história arquivada e se produzem novos veículos, a partir dos quais a informação passa a circular entre a população. Não se trata realmente de um desenvolvimento linear cronologicamente, o processo é simultâneo, e o próprio surgimento de centros com características diversificadas comprova a interrelação profunda das duas vertentes: a comunicação e a documentação.

Ao lidar com as classes subalternas o primeiro passo necessário é a conscientização, uma vez que é a partir da consciência que se tem da marginalidade, da pobreza, da dominação é que pode ser iniciado o trabalho de organização e mobilização populares, condições imprescindíveis para uma tentativa de modificação do quadro social.

Surge daí um aspecto importante que não pode ser esquecido: trata-se da questão da formação da consciência crítica e do papel dos agentes mobilizadores da população. Embutidos nesta questão encontram-se pontos que precisam de destaque.

O primeiro deles diz respeito à dominação que se dá sobre as classes subalternas em duplo sentido:

- a) dominação econômica, uma vez que os grupos detentores do poder econômico traçam as políticas estruturais que determinam salários, preços, impostos, aluguéis, financiamentos etc.;
- b) dominação ideológica, a que está mais diretamente vinculada aos CPDCs. A dominação ideológica concretiza-se pela transmissão da ideologia de interesse dos grupos dominantes, evitando que as classes dominadas percebam em sua interpretação do mundo a real situação. A aparente ordem natural das coisas ofusca a percepção de uma

alternativa a esta ordem estabelecida. Tal ideologia tem sido transmitida por diferentes instâncias sociais: a família, a religião, a escola, mas, mais recentemente, encontrou seu mais eficaz colaborador nos meios de comunicação massivos, que graças a uma eficiente tecnologia vem ganhando mais e mais espaço na vida moderna.

Pois bem, a formação de uma consciência crítica vem justamente da superação desta percepção de mundo ideologizada através da compreensão das relações sociais definidas pela luta de classes, que decorre do modelo capitalista que a nossa sociedade adota.

O outro ponto a ser considerado é a questão do agente motivador desta superação e conseqüente formação de uma consciência crítica. Já foi dito que as tarefas de documentação e comunicação populares foram assumidas como opção de militância de estudantes e intelectuais da pequena burguesia que viam aí uma alternativa de trabalho político. Novamente aqui se repete a mesma idéia - grupos que assumem as tarefas de conscientizar, organizar e mobilizar as classes dominadas. A este respeito, cabe uma citação de Gramsci:

"Uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas especializadas na elaboração conceitual e filosófica".³

Segundo esta linha de raciocínio, não é possível surgir do nada uma autoconsciência crítica, mas o papel do intelectual consiste em refletir sobre a ligação teoria-prática e através da difusão de suas reflexões disseminar uma nova concepção de mundo. O texto básico de Cladocop⁴ (Consulta Latino-americana de Documentação e Comunicação Popular) chega a discutir as possibilidades de atuação dos agentes comunicadores no meio das organizações populares, dividindo-as em três categorias que correspondem à sua prática:

- a) autenticamente populares: composta por pessoas originárias do próprio meio popular – "a voz real do povo no momento de comunicar conscientemente suas mensagens". O raio de ação desta forma de comunicação é limitado, mas processa-se horizontalmente, sem interferência de tecnologias complexas;
- b) pessoas não pertencentes ao povo, mas profundamente ligadas a ele por identificação com os interesses e aspirações populares. São muitas vezes profissionais, grupos artísticos, grupos que convivem no meio do povo. Sua ação muitas vezes é mediatizada pelo rádio, teatro, audiovisuais, o que dificulta o diálogo direto com os receptores das mensagens. A questão que se coloca aqui é "até que ponto o povo chega a aceitar e a sentir esta voz como sua?";
- c) grupos ou pessoas não diretamente ligadas ao povo, que tentam assumir os interesses históricos do povo e dirigem a ele suas mensagens. São intelectuais com vínculos com lideranças ou representantes dos setores populares, utilizam-se de meios gráficos (periódicos, cartilhas, livros) e o diálogo com os receptores é praticamente inexistente, sendo a comunicação de tipo vertical, muitas vezes apenas reproduzindo os mesmos esquemas comunicativos das classes dominantes.

"O emissor popular não é um indivíduo, mas um coletivo que vai assumindo cara e nome à medida que se concretiza e identifica. A comunicação popular é comunicação de comunidades e, dentro destas, são os grupos que se incumbem de levar as tarefas a termo".⁵

3.2 As tarefas e a organização dos CPDCs

A pesquisa com os CPDCs demonstrou que eles podem ser estruturados de acordo com os dois níveis de atuação:

- a) centros que trabalham com a documentação dos movimentos populares e que se colocam a reboque destes movimen-

- tos, atuando como coletores e organizadores da sua memória, em uma perspectiva de instrumentalizadores;
- b) centros que educam para a utilização e a elaboração da própria documentação e comunicação populares. A perspectiva que encarnam é diferente da anterior, na medida em que se colocam como organizadores, capazes de criar e de motivar práticas sociais.

Conforme a perspectiva adotada, os CPDCs se propõem tarefas diferentes. No primeiro caso pretendem

"converter toda a informação que aparece em material de trabalho para o pesquisador, o analista e o militante político popular, interessados em compreender o que está ocorrendo na sociedade para colocar-se corretamente em sua praxis"

Já para a segunda forma de percepção "a tarefa dos CPDCs é a melhor formação teórica e ideológica dos quadros indispensáveis ao trabalho político revolucionário".⁶

A documentação e a comunicação são entendidas como partes do processo de educação popular, desempenhando papéis complementares, mas diferenciados. Então, a documentação se incumbiria do registro e organização sistemáticos da experiência histórica das classes populares (documentação para o povo, do povo e na prática do povo). Já a comunicação teria o papel de desmistificar os fatos que exteriorizam esta experiência histórica (comunicação no seio do povo), possibilitando às camadas populares a recuperação de sua linguagem, de seus símbolos e de sua criatividade.

"As formas de trabalho dos Centros de Documentação Populares variam, entretanto têm em comum que todos utilizam meios de comunicação grupais (em contraposição aos meios de comunicação de massas) que se dirigem a um público mais reduzido, facilitando o diálogo, a recepção compartilhada das mensagens, a intercomunicação, a participação do conjunto".⁷

Entre todos os autores que teorizam sobre a prática dos CPDCs, ocorre a preocupação com a democratização da comunicação, ou seja, a necessidade de estabelecer um diálogo próximo com os grupos, deixando a eles a possibilidade de interferência no processo, sem que se reproduzam as mesmas formas autoritárias das comunicações das classes dominantes.

Reconhecendo a importância de uma organização democrática e participativa na condução dos trabalhos, os CPDCs priorizam a documentação que atende aos problemas e necessidades dos trabalhos diretamente vinculados às classes populares. Dentro desta concepção, são estabelecidos como princípios metodológicos:

- "a) as forças sociais que compõem o movimento popular por serem as protagonistas da transformação histórica são os atores sociais centrais da tarefa de documentação popular;
- b) a situação de nossa sociedade é uma situação de luta entre classes antagonicas. Esta contradição com seus diversos níveis de implicação e manifestação é o fato central a documentar;
- c) a seleção das fontes para esse trabalho documental deve ser realizada com base nos critérios fundamentais acima citados;
- d) os sistemas de documentação a utilizar (coleta e classificação) devem permitir-nos a análise do conflito e a correta localização das contradições principais e secundárias, do contrário podemos cair em esquemas que apaguem o significado das informações e dados coletados".⁸

Desta forma, definem como critérios de atuação que a documentação é necessária para:

- a) facilitar ao povo o acesso aos materiais úteis para a sua prática social;
- b) difundir entre os setores populares os documentos produzidos pelas bases;

- c) adaptar ou traduzir em linguagem popular os documentos de conteúdo libertador que mesmo tendo sido escritos para outros destinatários, possam ter utilidade para a prática dos setores populares ou de trabalhadores sociais do setor popular;
- d) difundir técnicas de documentação que permitam superar o "analfabetismo" existente no assunto, transformando o caráter elitista e superespecializado da atividade documental.

Devendo ser documentados:

- a) materiais produzidos pelo povo;
- b) materiais produzidos por setores que acompanham o povo em seu processo de libertação;
- c) materiais produzidos por outros setores, mesmo grupos dominantes, mas cuja temática convenha ou possa ser utilizada pelo povo.

A tarefa de documentação deve estar condicionada pelo objetivo específico de atender às classes populares em seu caminho para a libertação, de forma a reconhecer que os CPDCs não constituem a base de uma prática social, mas são instrumentos que podem dinamizar a ação organizada dos setores populares.

3.3 A concretização de suas práticas

Nos tópicos anteriores foi delineada a forma como se dá a teorização acerca do trabalho que os CPDCs se propõem realizar, neste item serão feitas algumas colocações acerca das rotinas cotidianas com que os centros desenvolvem suas tarefas.

É praticamente um consenso entre todos os informantes que, antes de se executar qualquer atividade, necessário se torna definir uma linha política de atuação, que vai dirigir todas as decisões envolvidas. A definição de tal proposta parte da

concepção do centro como uma alternativa aos serviços de documentação e comunicação tradicionais (comprometidos com a ordem instituída). Esta alternativa decorre inicialmente da opção de trabalho que procura privilegiar as classes subalternas e se revela em todos os momentos dos centros: a prática é repensada coletivamente como uma forma de não perder o vínculo com os movimentos populares que justificam a própria existência dos CPDCs.

Pela maior facilidade de compreensão dos processos rotineiros das instituições estudadas, eles serão divididos em etapas consideradas separadamente: a coleta e organização, a devolução e a capacitação.

3.3.1 Coleta

Como coleta se entendem todas as atividades que permitem a formação dos acervos, é a reunião do material que constitui a documentação da história dos movimentos populares, podendo ser destacados três tipos de documentos que interessam aos CPDCs reunir:

- a) aqueles elaborados pelos próprios movimentos populares;
- b) aqueles elaborados com ou para os movimentos populares (por entidades liberais, pré-sindicais, Igreja e outros setores aliados aos movimentos sociais das classes subalternas);
- c) aqueles elaborados sobre os movimentos populares (que podem mesmo ser veiculados pelos meios massivos).

Tais documentos terão conforme a sua classificação pelos critérios acima um tratamento específico.

O acesso aos documentos (a coleta propriamente dita) é feito não só pelos meios convencionais (compra, doação e permuta) mas principalmente por um acompanhamento sistemático de eventos (reuniões, greves, debates etc) dos movimentos sociais que possibilite reunir os documentos que neles circulam. A amplitude de temas e eventos é tal que a definição apriorística da linha de trabalho a seguir é essencial para a realização desta tarefa, o que tem também contribuído

para uma certa especialização por temas de interesse por parte dos centros, exemplo: reforma urbana, saúde, sindicalismo, reforma agrária, migração. Alguns centros chegam a escalar pessoas para cobrir certos eventos de forma a não perder os documentos aí divulgados.

A doação e a permuta são práticas comuns a todos os centros que costumam trocar entre si aqueles documentos que para uns podem ser considerados inúteis e para outros têm interesse. Sempre o critério de determinação daquilo que manter ou descartar obedece à linha política adotada e à utilidade que o documento tem para os movimentos aos quais o centro se dedica.

3.3.2 Organização

A organização dos documentos é imprescindível para a sua utilização. Este ponto é dos mais polêmicos da prática dos centros.

No primeiro momento de existência dos centros, a conjuntura de resistência em que se originaram determinou uma postura contrária a tudo que significasse comprometimento com o sistema, tal como é o caso dos esquemas de organização de documentos usualmente adotados em bibliotecas. Os grandes sistemas de classificação bibliotecária como a Classificação Decimal Universal e a Classificação Decimal de Dewey (os dois mais conhecidos e usados em bibliotecas brasileiras) bem como as técnicas de catalogação que propõem normas para descrição de documentos padronizados internacionalmente foram rechaçados como impróprios para atender a um serviço prestado às classes dominadas.

Aos poucos, a resistência cedeu lugar a uma compreensão menos preconceituosa e os grandes centros (cujas opções acabam condicionando também as decisões dos pequenos centros, que lhes copiam a prática) optaram por uma forma mais conciliadora: procuraram adaptar aos seus objetivos os esquemas convencionais que melhor atendessem às suas necessidades de organização.

3.3.3 Devolução

Englobados sob o título de devolução estão reunidas as atividades de comunicação popular propriamente dita. Elas cobrem um grande leque, indo desde simples utilização do acervo documental dos centros até aos trabalhos de produção e distribuição de textos, vídeos, áudios etc. assim como todas as atividades denominadas de assessoria e que correspondem ao apoio direto dado aos movimentos sociais por parte dos elementos ligados (ou até mesmo designados) aos centros.

Neste aspecto é importante perceber a preocupação declarada de se evitar a condução (ou manipulação) do processo decisório dos centros, partindo-se para uma presença e atuação de apoio instrumental, pelo uso de recursos e dos quadros de pessoal com que os centros contam.

Obedecendo sempre à linha política adotada, as possibilidades de utilização dos centros são maiores quando correspondem aos objetivos prefixados, por exemplo, os destinatários das mensagens emanadas dos centros são prioritariamente aquelas categorias de trabalhadores que foram escolhidas.

Os centros consideram que as tarefas de devolução são realmente aquelas que justificam sua existência, ou seja, a atividade de documentação é apenas a instrumentalização (pela preservação da memória e elaboração de informações) para o fim em si: a comunicação com os movimentos populares.

3.3.4 Capacitação

As atividades de capacitação correspondem às tentativas das instituições de formar pessoal, buscando difundir a idéia dos centros populares de documentação e comunicação, a fim de somar esforços para o estabelecimento de uma rede de centros que acompanhe por todo o país as lutas dos movimentos sociais.

São considerados como capacitação cursos de treinamento, estágios, assessoramento para organização de

novos núcleos de documentação, elaboração de manuais de procedimentos básicos para implantação de serviços e todas as atividades que possam ser englobadas na definição do parágrafo anterior.

Finalmente, o último ponto sobre a prática dos CPDCs diz respeito à própria divulgação de seus serviços. Aquelas entidades já mais antigas e conhecidas elaboram folhetos, informes bibliográficos, catálogos de suas publicações, resenhas e noticiários que informam ao público sobre as possibilidades de atuação dos centros, havendo também a prestação de serviços via telefone, correio, telex, com vendas ou doação de documentos (dependendo dos recursos que o interessado disponha), resposta a pesquisas, redistribuição de publicação pelos centros mais bem estruturados etc.

Já os pequenos centros, com menores recursos para fazerem uma divulgação mais ampla, atuam mesmo através de repetidores junto aos movimentos populares: a carência de informações para as classes dominadas é tal, que os próprios grupos se incumbem de intercambiar notícias sobre novas opções. Isto nem sempre funciona bem, pois a demanda não se diversifica, sobrecarregando algumas entidades e impedindo o desenvolvimento mais rápido de outras.

De qualquer forma, prevalece entre as maneiras de divulgação como sendo a mais eficaz o contato informal entre pessoas com interesse comum de transformação social.

4 CONSIDERAÇÕES DECORRENTES DA PESQUISA

O primeiro ponto que se torna aparente a partir da pesquisa é a unanimidade em considerar a importância e necessidade do trabalho com a documentação para subsidiar a comunicação e por esta via colaborar com as lutas populares. Fazendo um contraponto com as instituições semelhantes que teriam o papel social de lidar com a informação e documentação, no caso as bibliotecas, o que logo salta aos olhos é a gritante diferença ideológica de per-

cepção da função social da documentação entre os dois tipos de instituição, bem como as maneiras de lidar com a informação e a sua comunicação. Colocam-se em papéis diferentes no mundo, esta compreensão determina práticas diferenciadas.

Uma especificidade surge ao se examinar a composição do público que se utiliza dos serviços prestados pelos CPDCs. Tratam-se de agentes de pastoral, lideranças comunitárias, pessoal ligado ao trabalho nos movimentos populares, militantes de partidos políticos, além do pessoal de outros setores da própria organização e pesquisadores externos. Entretanto, o grande diferenciador não reside nos indivíduos, mas na sua representatividade: a força motriz que os leva a recorrer aos serviços não é uma busca individual de crescimento pessoal (embora isto até possa ocorrer, mas é raro) e sim a necessidade do *coletivo*. Como usuários estão ali para solucionar um problema relativo à comunidade, ao movimento, à entidade. Portanto, em última análise, o público dos CPDCs não é composto por indivíduos, mas por um coletivo que pode mesmo ser traduzido em instituições ou corporações.

Este coletivo coloca a urgência na solução dos problemas imediatos, situações muitas vezes em andamento. É uma posição muito diversa daquela que caracteriza o ideal liberal das bibliotecas públicas por exemplo, onde a busca de conhecimento pode ter caráter educativo ou recreativo, mas sempre visando o desenvolvimento individual das próprias potencialidades.

Nesta situação pode ser encontrada a razão para o caráter ativo e voltado para o exterior que marca a atuação dos CPDCs, e que se revela na forma como conduzem suas tarefas: a coleta de documentos podendo ser feita até no próprio local dos acontecimentos; o acompanhamento próximo e continuado das situações de conjuntura sócio-política-econômica de forma a possibilitar a análise imediata; a urgência em divulgar documentos e informações contextualizados; a composição dos acervos com temas atuais e polêmicos etc.

A necessidade de agilizar a comunicação aliada ao fato da pouca familiaridade da maioria da população com a palavra

imprensa, geram também a preocupação com a comunicação oral e visual, com a utilização dos chamados pequenos meios (gravadores, mimeógrafos, auto-falantes, videocassetes), muito embora a escala de atendimento fique aquém da demanda, devido mesmo à falta de pessoal capacitado, de equipamento, e mesmo ao pequeno número de CPDCs, se comparado à dispersão geográfica e numérica da população potencialmente usuária.

Outro elemento que atua como diferenciador entre os CPDCs e instituições semelhantes é a sua organização por equipes conforme o desenvolvimento das atividades exigem, acompanhada por um processo decisório participativo, com o envolvimento de todos os quadros, numa espécie de gestão das entidades. Os coordenadores são escolhidos pelos coordenados, em um processo com boas possibilidades de ser democrático.

A aproximação dos grupos militantes com as igrejas, se por um lado foi a solução que propiciou o aparecimento e desenvolvimento dos CPDCs, por outro lado, canalizou as suas atividades para um atendimento em muitos casos atrelados à CEBs e aos trabalhos pastorais, sendo estas, como já foi dito, a única possibilidade concreta de atuação no momento brasileiro de repressão. A partir de 1978 ocorre uma modificação no quadro e os diversos centros iniciam um apoio sistemático a outras instituições da sociedade civil, como é o caso dos sindicatos e partidos políticos (com grande destaque para o Partido dos Trabalhadores).

Este fato coloca novas exigências e acarreta modificações estruturais: assessoria mais especializada, informações mais específicas, publicações mais dirigidas de acordo com o público alvo. Até mesmo em relação à atividade de capacitação, as mudanças são claras: treinamento, cursos, estágios destinados a dotar os sindicatos de uma infraestrutura informacional própria, composta de bancos de dados, serviços de documentação e comunicação mais ágeis e pequenas bibliotecas. São novos desafios que exigem adaptações por parte dos centros que tomam este caminho, pois ao seu lado continuam coexistindo os serviços voltados

para as comunidades, associações e grupos populares, que, por sua vez, são também cobrados a novas posturas, novas atividades mais adequadas às mudanças da cena social: anistia, retorno de exilados, novos partidos políticos, assembléia nacional constituinte, eleições diretas para Presidente da República. É neste contexto que surge a proposta de utilizar a comunicação como uma informação qualificada para o esclarecimento do povo.

Atualmente, colocam-se para os CPDCs a necessidade de sistematizar as próprias experiências e de buscar a validação do trabalho desenvolvido junto a seu público. Uma reflexão deste teor permitiria possíveis modificações de percurso, e seria uma forma de melhor compreender a importância do trabalho de construção de uma rede alternativa de comunicação para as classes subalternas no processo histórico da sociedade brasileira, buscando responder a perguntas como:

- a) O crescimento dos partidos políticos que buscam nas bases populares o seu apoio (tipo PT, por exemplo) pode ter como uma de suas causas um trabalho forte de educação popular desenvolvido a partir dos CPDCs?
- b) até que ponto o trabalho de assessoria aos sindicatos em momentos de greve, com o fornecimento de informações analisadas e bem estruturadas pelos CPDCs, auxilia concretamente nas negociações com os patrões?
- c) a devolução de informações pelos CPDCs aos movimentos populares colaboram na organização e mobilização dos setores para as suas reivindicações?
- d) o trabalho dos CPDCs de resgate da história dos grupos e setores populares, principalmente no caso de migrantes, pode interferir no processo de aculturação nos novos espaços urbanos? E esta interferência, se ocorre, beneficia a quem?
- e) a utilização dos serviços dos CPDCs, mesmo que em sentido de coletivo, colabora para a superação das carências informacionais e comunicacionais a nível individual?

São inúmeras as questões que permanecem sem resposta neste campo da documentação e comunicação populares, campo ainda pouco explorado e que prefere se manter afastado do desvelamento para evitar os perigos que ainda estão recentes em sua memória: repressão, censura, destruição de arquivos, prisões e outros mais que afetam a quem se dispõe a documentar e comunicar uma história que os detentores do poder negam existir.

Popular information: some possibilities

Report of the research on the Popular Centers of Documentation and Communication. Their conceptualization, objectives, users, developed activities, information gathering and social function were investigated.

KEY WORDS: Popular Centers of Documentation and Communication
Popular Information

NOTAS

1. Entendo que o conceito popular não encontra uma conotação comum e nem mesmo científica, na medida em que ele é empregado subjetivamente, agregando significações de acordo com a concepção político-ideológica de quem o utiliza. Segundo H.B. Abreu no artigo "Articulação das lutas urbanas; considerações sobre as propostas em disputa. "Proposta, v. 13, nº 39, p. 37, fev. 1989: "Dependendo da concepção político-ideológica (e, portanto, do conhecimento da realidade social que esta incorpora) de quem a emprega, a noção de popular pode significar população, os que não são as classes dominantes, os que não participam do bloco no poder, os carentes ou marginalizados na sociedade, os dominados que não se apresentam como categoria corporativa de trabalhadores

ou mesmo todos os segmentos sociais que se deseja como aliados do proletariado na luta contra o capitalismo". A razão que me levou a adotar o termo popular na denominação em foco e a utilizá-lo largamente no correr do texto reside justamente na possibilidade de aí encontrar a agregação de todas estas categorias citadas pelo autor e que, portanto, melhor recortam a realidade que objetivei estudar, referente aos "de baixo", sem vez e sem voz.

2. DIAS BORDENAVE, J. Democratización de la comunicación: democratización de la educación. *Chasqui*, Quito, CIESPAL, v. 5, p. 14-24, oct./dic., 1982.
3. GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 341p.
4. DOCUMENTACION y Comunicación popular: materiales de la Consulta Latinoamericana de documentación y comunicación popular. Lima: CELADEC, 1979. (não publicado).
5. idem, ibidem.
6. CAMPOS, A. Notas para um servicio de informacion y documentación para el movimiento popular. In: *Documentación y Comunicación...* op. cit.
7. POR QUE y como surgen los centros populares de documentación y comunicación. 12p. (não publicado).
8. CELADEC. Definição e conteúdo da documentação popular. In: CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO. *Série Documentação*, São Paulo, 1985, v. 3, p. 1-13.

Recebido para publicação em abril de 1991